

O SILENCIAMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO
ENTRE 1968 E 1974
Flávia de Angelis Santana*

A decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, inaugurou um período de intenso autoritarismo no Brasil. A partir desse momento, ninguém podia se sentir seguro, uma vez que a repressão não só se especializou, como se tornou generalizada, atingindo estudantes, organizações de esquerda e demais setores oposicionistas, além de qualquer cidadão que fosse julgado “uma ameaça à ordem e à segurança nacional”.

Os meios de comunicação sofreram os impactos mais violentos da ditadura militar a partir de dezembro de 1968, passando a ser duramente censurados. Em cada jornal, havia um censor da polícia federal para que não fosse veiculada nenhuma notícia que desagradasse o governo. Uma simples palavra ou imagem podia ser retirada caso remetesse a uma vaga lembrança de propaganda comunista. Era comum, inclusive, encontrar receitas de bolo no jornal, no lugar de uma reportagem que havia sido censurada. Sem contar o descompasso entre a tiragem dos jornais e o número de leitores, como aponta Zuenir Ventura:

A imprensa, ferida como empresa pelas restrições aos que resistem, não oferece (...) um quadro alentador. A circulação global dos jornais manteve-se constante, em todo o país (menos de 4 milhões de exemplares), nos últimos dez anos, embora a população tenha aumentado aceleradamente. (VENTURA, Zuenir, *Cidade partida*, Cia das Letras, 2000, p. 105)

Além da presença constante de censores e de não poder evidenciar a censura que sofria, a imprensa, muitas vezes, limitava-se a publicar as notas oficiais do governo, que nem sempre passavam informações verídicas. Nesse sentido, era comum encontrar, nas páginas dos jornais, falsas versões, preparadas pelos órgãos de repressão, para os assassinatos de indivíduos que haviam sido presos e torturados pelo regime.

Em linhas gerais, a televisão não sofreu tanto no âmbito político, mas, em contrapartida, foi censurada no campo da crítica social, já que passou por uma vigilância rigorosa

e permanente que praticamente aboliu a apresentação de temas conflitantes em termos sociais. Conforme Ventura, já citado, às páginas 105, “as novelas passaram do gênero capa-e-espada do começo da década para o tratamento do cotidiano limitado a questões individuais”.

Antes do AI-5, em 1967 e 1968, a arte de protesto se irradiou para todos os campos culturais, explodindo novas cores, imagens e formas, novos sons. Era a hora e a vez do Tropicalismo de Caetano Veloso e companhia, do cinema de Glauber Rocha, das pinturas de Hélio Oiticica, da crônica na literatura, do Oficina e do Arena no teatro, dos festivais e de outras manifestações, cuja intenção era chocar, através da exuberância formal da produção.

Mas, no final de 1968, a cultura, assim como outros setores, sofreu as consequências do Ato Institucional nº 5, que usava a Segurança Nacional como justificativa para controlar as manifestações artísticas. O resultado desse endurecimento do regime se refletiu rapidamente em todos os campos culturais. Apesar de não se observar uma queda na produção, notava-se um certo recesso criador, o boicote efetuado pela censura, bem como uma certa perda de qualidade e de criatividade em algumas produções oferecidas ao público.

A Igreja, que já vinha criticando o regime e apoiando setores oposicionistas como o movimento estudantil, colocou-se como oposição aberta a partir de 1970, uma vez que também vinha sofrendo com a repressão que se abateu sob o país.

Nesse período, aqueles que ousavam fazer oposição ao regime tinham a seguinte alternativa: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Essa propaganda oficial era usada para silenciar todos que tentassem resistir ao controle do governo, justificando, portanto, a repressão contra os “subversivos”, que “ameaçavam o milagre econômico e a Segurança Nacional”.

É por conta dessa escalada do autoritarismo que, segundo Cavalari, o Brasil, durante o governo Médici

(...) tornou-se conhecido no mundo todo como um país de torturas, perseguições, exílios e cassações. Internamente, esse desrespeito aos direitos humanos não podia ser denunciado devido à severa censura; entretanto, fora do país, particularmente na Europa e nos Estados Unidos, as denúncias sucediam-se, através dos Comitês Internacionais de Anistia, Movimento de exilados e outras instituições. (CAVALARI, Rosa Maria F. Os limites do movimento estudantil: 1964 – 1980. Dissertação Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1987, p. 122).

Os abusos da repressão se tornaram tão alarmantes que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão pertencente à Organização dos Estados Americanos (OEA), juntamente com a Cruz Vermelha Internacional pediram autorização ao governo brasileiro para averiguar localmente as denúncias de maus tratos a presos políticos. O regime, por sua vez, não só negou a existência de desrespeito aos direitos humanos no país – ar-

gumentando que as denúncias não passavam de uma campanha difamatória da esquerda – como indeferiu a solicitação dos organismos internacionais, sob a justificativa de que tal medida representava uma ameaça à soberania nacional.

Nessa época, as “blitz” antiterroristas – operações de busca e detenção em grande escala, envolvendo numerosos contingentes de policiais e militares – também eram muito utilizadas pelos órgãos de repressão. Nessas ocasiões, cidadãos, residências e automóveis eram revistados à procura de indivíduos “subversivos” ou documentos comprometedores. Havia situações, inclusive, em que o governo montava operações mobilizando todo o efetivo do Exército, como no caso da visita de Nelson Rockefeller ao país, em 1969, quando cerca de 6.000 pessoas foram detidas de maneira “preventiva”. O mesmo aconteceu dias antes da eleição para o Senado, em 1970, uma vez que o regime organizou uma blitz nacional, com o intuito de favorecer, através da intimidação, a vitória do partido governamental.

Também era comum a tentativa do governo de controlar as atividades políticas contrárias ao regime, através de prisões efetuadas de maneira arbitrária, em forma de seqüestro, sem mandato judicial ou embasamento legal. Nesses episódios, cidadãos eram retirados de suas residências, durante a madrugada, e levados aos órgãos de repressão em carros com “chapas frias”. Nem mesmo as famílias e gestantes escapavam das intimidações e ameaças.

Entre 1969 e 1974, vários instrumentos e técnicas de tortura foram desenvolvidos e amplamente utilizados para “arrancar” confissões e informações dos presos durante os interrogatórios, bem como para exercer o controle da oposição.

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação dos militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil, foi o policial norte-americano Dan Mitrone, posteriormente transferido para Montevidéu, onde acabou seqüestrado e morto. Quando instrutor em Belo Horizonte, nos primeiros anos do Regime Militar, ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a polícia local. Seviciados em salas de aula, aqueles pobres homens permitiam que os alunos aprendessem as várias modalidades de criar, no preso, a suprema contradição entre o corpo e o espírito, atingindo-lhes os pontos vulneráveis. (ARQUIDIO-CESE DE SÃO PAULO, Brasil: Nunca Mais. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 32).

O aparato repressivo brasileiro se especializou de tal maneira que os torturadores falavam com orgulho que as técnicas de tortura aqui desenvolvidas tinham tanta qualidade que podiam ser até mesmo exportadas para organizações repressivas estrangeiras.

Nesse contexto, além da criação, no governo Castello Branco, do Sistema Nacional

de Informações (SNI), que controlava a vida dos cidadãos, vale ressaltar alguns órgãos que tinham papel fundamental no exercício da repressão: os Destacamentos de Operações de Informações (DOI-Codis), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), e a Casa da Morte – centro clandestino de torturas do Exército.

Os DOI-Codis, criados em 1970, representavam a base estrutural da repressão política no país, sendo que cada ministério militar podia ter o seu próprio DOI. Em São Paulo, o DOI-Codi substituiu a Operação Bandeirantes (OBAN), que surgiu de forma clandestina, em 1969, da mobilização de empresários comprometidos com a repressão e o golpe, dando apoio logístico e financeiro. A OBAN – que só passou a ter existência legal quando foram criados os DOI-Codis nas Forças Armadas –, por se situar à margem da estrutura legal, alcançou grande autonomia e impunidade quanto aos seus atos, transformando-se em um organismo extremamente eficaz de controle do “inimigo interno”. Desde que foi criada, funcionava em uma Delegacia de Polícia situada na Rua Tutóia, em São Paulo.

O DOI-Codi de São Paulo também não ficava atrás da OBAN no que diz respeito à violência. Caio Túlio Costa relata que havia uma cela onde os presos eram torturados nesse local, conhecida como x-zero, com as seguintes características: “totalmente escura, sem lâmpada, sem janela, um cubículo de 1 metro e meio quadrado, no máximo. Comprida, tinha um lugar de banheiro, o boi, era assim o nome, e um chão de madeira. Só. Não tinha colchão, nada”. (COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo, A Girafa Editora, 2003, p. 47).

Os DOPS eram os mais antigos órgãos de repressão política do Brasil, surgidos para controlar e reprimir qualquer tipo de atividade considerada anarquista e subversiva. Esses departamentos serviram ao governo Vargas, a todos os mandatos democráticos e, posteriormente, à ditadura civil-militar. Do DOPS, saíram os mais famosos e temidos torturadores do país como, por exemplo, o delegado Sérgio Fleury, que se tornou um símbolo da brutalidade do regime, visto que torturou e matou inúmeros presos políticos. Fleury comandava um grupo de policiais envolvidos com tráfico de entorpecentes autodenominado “Esquadrão da Morte”, treinado para eliminar presos comuns.

As pessoas detidas no DOI-Codi tinham que depor no DOPS, onde ganhavam ficha e reconhecimento legal da prisão. Em caso de morte, não havia passagem pelo DOPS. Conforme Costa, o falecido “tinha o corpo retalhado e os pedaços ocultados em locais separados (como era muito comum no Rio de Janeiro) ou era levado direto para o Instituto Médico Legal, para ser enterrado como indigente ou entregue à família em caixões lacrados”. (COSTA, *op. cit.*, p. 143)

O CISA era o órgão de repressão da Aeronáutica, cujo principal braço foi o DOI-Codi instalado na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Foi responsável por várias torturas seguidas de morte, dentre as quais a mais famosa é a do estudante Stuart Edgar Angel Jones.

A Marinha também tinha uma estrutura para reprimir os opositores do regime, o CENIMAR, que era ligado ao Estado Maior das Forças Armadas e responsável, juntamente com as Polícias Estaduais, pela repressão física até 1967.

Além de todos esses organismos de terror, havia também a Casa da Morte, localizada em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Era o local onde o Centro de Informações do Exército (CIE) realizava torturas clandestinamente. Alguns dos militantes presos nesse lugar são considerados desaparecidos até hoje.

Durante todo o regime, esses órgãos torturaram indiscriminadamente centenas de pessoas. A violência começava no momento da prisão, sendo que o preso, normalmente, era encapuzado ou tinha os olhos vendados para não localizar o ambiente onde se encontrava. As salas de interrogatório eram revestidas de material isolante, para impedir que os barulhos da violência e dos gritos dos presos não se propagassem pela vizinhança.

O regime não se especializava apenas na tortura, mas também em inteligência no levantamento de informações, na infiltração de espões nos grupos opositores, no estudo com a ajuda da CIA – Central norte-americana de inteligência –, na captura de rebeldes, na informatização, no interrogatório e no fuzilamento sumário.

Nesse período, militantes opositores costumavam realizar “justiçamentos”, que significava matar membros do regime envolvidos com a repressão. Entretanto, tão logo os autores cometiam o crime, o regime começava uma verdadeira caçada a essas pessoas e os matava, como se fosse um justicamento reverso.

Os espões que se infiltravam nas organizações de oposição eram chamados de cachorros, já que, conforme o relato de um oficial, “eles tinham faro para descobrir a presa, abanavam o rabo para dizer o que haviam encontrado e estavam sempre presos na coleira do militar encarregado de controlá-los” (COSTA, op. cit., p. 41). Esses infiltrados geralmente tinham acesso fácil a militantes de esquerda, freqüentavam as reuniões desses grupos, participavam das ações e, conseqüentemente, levantavam os contatos desejados pelos militares. Seus salários variavam dos vencimentos de um tenente ao de um capitão. Além disso, podiam receber prêmios, caso conseguissem uma informação muito importante ou estivessem se aposentando.

O resultado de tanta violência era notável. Principalmente entre 1969 e 1974, era difícil encontrar uma pessoa que não tivesse tido contato direto ou indireto com a repressão ou que, pelo menos, não tenha sofrido nenhum tipo de intimidação. Nesse período, o silêncio foi imposto à população através de medidas rigorosas de tortura e censura, bem

como do intenso controle das universidades.

1. A universidade controlada: a manutenção das arbitrariedades na educação

A universidade, mesmo depois da reforma realizada em 1968, continuou a ser controlada pelo regime por meio de atos arbitrários. Em 26 de fevereiro de 1969, por exemplo, o governo baixou o Decreto-Lei nº 477, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional especialmente para silenciar estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino. Através desse dispositivo, ficava terminantemente proibida toda e qualquer manifestação política ou de protesto, bem como greves, passeatas e comícios no interior das escolas e universidades públicas e particulares. Se um estudante cometesse alguma dessas “infrações”, seria punido com o desligamento e a proibição de matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos. Já docentes e funcionários seriam demitidos e proibidos de ser nomeados, admitidos ou contratados por instituições de ensino pelo prazo de 5 anos. Além disso, o Decreto

(...) não permitia aos atingidos se defenderem livremente dos delitos de que eram acusados, violava também um dos preceitos consagrados pelo Direito Universal, pois ao acusador não cabia o ônus da prova; os acusados é que deveriam provar sua inocência. A simples suspeita já era suficiente para afastar alunos e professores das aulas, até que o processo fosse apreciado pela direção da escola ou pela reitoria. (CAVALARI, op. cit., p. 139)

Para o regime, esse dispositivo era imprescindível para que se pudesse criar condições favoráveis para colocar em prática as medidas propostas pela Reforma Universitária, ou seja, foi necessário para deixar o caminho livre da contestação dos docentes e estudantes. Houve até universidades que incluíram a maior parte dos dispositivos do Decreto 477 em seus estatutos.

Na USP, mesmo depois do AI-5, houve certa resistência da comunidade acadêmica e as discussões sobre a Reforma Universitária puderam continuar. De acordo com Cavalari, isso foi possível devido “à ação enérgica do reitor em exercício, professor Hélio Lourenço de Oliveira, que, opondo-se às interferências policiais dentro da USP, buscou a colaboração dos grupos mais empenhados na democratização da universidade.” (CAVALARI, op. cit., p. 151).

Esse momento rico em debates, que ficou conhecido como “Primavera na USP”, não demorou a ser interrompido. No dia 25 de abril de 1969, o governo baixou um decreto, com base no AI-5, que aposentava compulsoriamente, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, cerca de 42 pessoas, entre intelectuais e três professores da USP, incluindo Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e João Batista Villanova Artigas. Como

sempre, não faltavam arbitrariedades no decreto presidencial, uma vez que este aposentava, nos cargos que ocupavam nos órgãos da Administração Pública Federal, três docentes de uma Universidade Estadual.

A medida do regime provocou reações imediatas no âmbito da universidade. Além de vários protestos, o reitor enviou um telegrama ao ministro da Educação, pedindo que este último intercedesse junto ao governo federal para obter a revogação do decreto. A resposta do regime veio sob a forma de um novo decreto, baixado no mesmo mês do anterior, elaborado especialmente para a USP, que aposentava e demitia 23 professores, além do próprio reitor.

Pelo Decreto-Lei nº. 869, também de 1969, a Junta Militar ainda sustentou a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica em todos os níveis educacionais. Nesse caso, embora estivesse silenciada, a comunidade acadêmica se manifestou contra a implantação desta disciplina no ensino superior, bem como também se colocou contra a criação das licenciaturas curtas.

No governo Médici, a educação, que já tinha importante papel no projeto econômico do governo, passou a ser encarada como setor prioritário para a conquista do desenvolvimento. Isso aconteceu porque os resultados do Censo Demográfico de 1970 foram divulgados, apontando exatamente aquilo que representava uma das maiores contradições do regime: “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. No entanto, ao invés de atribuir à política econômica a responsabilidade pela má distribuição de renda evidenciada nos dados do Censo, o regime preferiu o argumento de que essa realidade estava intrinsecamente vinculada à desigualdade do acesso à educação. Conforme Cunha e Góes (2002: 55), o governo defendia, então, que “a distribuição da renda mais igualitária viria, automaticamente, como resultado da mais ampla distribuição de oportunidades educacionais para todos”.

Desse modo, propunha-se que o sistema educacional se integrasse a outras áreas, tais como: saúde, saneamento, agricultura e abastecimento, desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, vale ressaltar algumas outras estratégias adotadas nesse período, como a expansão dos ensinos primário e superior, com destaque para as instituições de ensino particulares, e a ampliação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967. Como já se podia esperar, os resultados nem de longe alcançaram aquilo que seria ideal para realmente configurar um avanço na democratização da educação. De acordo com Cunha e Góes (2002), a taxa de analfabetismo, que em 1970 era de 33,6% para a população de 15 anos e mais, dez anos depois tinha baixado para 25,4%, ou seja, uma diferença de apenas 8,2%, muito pequena para toda propaganda realizada pelo regime.

No que tange à privatização do ensino, nesse período – mais precisamente nos anos 70 –, também começaram a ser criadas algumas fundações dentro das universidades. Irene Cardoso comenta essa realidade na USP:

A “inércia burocrática”, a necessidade de “racionalização administrativa” e de “captação de recursos externos” justificavam essas iniciativas que começavam a transformar o perfil da Universidade, sem que se apresentassem explicitamente como projetos nesse sentido. (...) Cursos pagos, oferecidos dentro da instituição, passam a ser vistos como algo inteiramente normal, a partir de um acordo tácito e de um consenso que vai, aos poucos, sendo construído. (CARDOSO, Irene, USP - 70 anos, comemorações e contra-comemorações, Revista ADUSP, outubro de 2004, p. 19)

Com o intuito de reduzir a procura pelo ensino superior, Médici enviou ao Congresso um projeto de lei – que resultou na lei 5.692/71 –, tornando o ensino de 2º grau profissionalizante, ou seja, as escolas de 2º grau transformariam os estudantes em profissionais habilitados para atuar no mercado como técnicos ou auxiliares técnicos. Essa iniciativa do governo, além de não resolver o problema dos excedentes nas universidades, resultou em um impasse no mercado de trabalho, como apontam Cunha e Góes:

Se os planejadores educacionais da ditadura sáíssem dos seus gabinetes, iriam ver que os engenheiros estavam ocupando o lugar dos técnicos não por causa da falta de técnicos, mas porque faltavam empregos para engenheiros, e estes venciam aqueles na competição. E não era por outra razão que grande parte dos que concluíam os cursos técnicos industriais acabavam indo para uma escola de engenharia em busca de um diploma (nem sempre de uma qualificação) que os habilitasse a disputar em melhores condições os cargos que lhes eram destinados como técnicos. (CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacyr. O golpe na educação. 11ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002, p. 65).

Quando os primeiros sinais do esgotamento do “milagre econômico” começaram a aparecer no final de 1973 e, com eles, aumentaram as críticas ao formato do ensino profissionalizante, o então ministro da Educação Ney Braga deu uma ordem ao Conselho Federal de Educação para reavaliação desse modelo. O CFE, por sua vez, fez uma reinterpretação da lei 5.692/71 e, embora tenha mantido o “ideal” do ensino profissionalizante, redefiniu o seu conteúdo, permitindo o aumento da carga de disciplinas de caráter geral.

No âmbito universitário, a partir de 1972, foram criados serviços de informações junto às reitorias das Instituições de Ensino. Na USP – assim como em outras universidades brasileiras –, foi implantada, oficialmente, em 23 de maio de 1973, a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), que exercia diferentes papéis no cenário acadêmico: realizava triagens de candidatos a funcionários ou docentes; colhia e repassava dados sobre supostas atividades subversivas; levantava e repassava informações acadêmicas dos alunos; copiava e difundia materiais produzidos por estudantes e funcionários; interferia nas disputas estudantis, apoiando chapas politicamente identificadas com o regime;

fornecia documentos de reuniões; e até emitia comentários sobre atividades realizadas na universidade.

Os dados colhidos pela AESI eram repassados para órgãos da chamada “comunidade de informações” do regime militar, tais como: Cisa, Cenimar, a Polícia Federal, o SNI e o DOI-Codi. Para levantá-los, a Assessoria recorria a alguns instrumentos, como a utilização ilícita de dados acadêmicos, o emprego de agentes próprios, a colaboração de diretores de unidades e funcionários. Os primeiros anos de funcionamento da AESI coincidem com o período de endurecimento da ditadura, quando muitos estudantes e demais pessoas vinculadas ao ambiente acadêmico morreram nas mãos dos órgãos de repressão. Além de informações sobre suas atividades e modus operandi,

Nos arquivos do Dops, há documentos da Aesi em dezenas de pastas que retratam o intenso monitoramento policial de tudo que se passava na USP. Apenas sobre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) são 14 pastas, que reúnem material apreendido e relatórios produzidos por várias agências. (REVISTA ADUSP. São Paulo, Forma Certa. Nº 33, outubro de 2004, p. 40)

Através da atuação da AESI, os órgãos de repressão exerciam absoluto controle das atividades universitárias, perseguindo docentes, funcionários e estudantes supostamente envolvidos com organizações clandestinas ou ações subversivas. Na USP, a Assessoria funcionou até 1982.

Em 1972, também já se podia perceber que a política educacional colocada em prática pelo governo não tinha nada de democratizante, mantendo, portanto, o caráter elitista do ensino superior. Para Florestan Fernandes, a explosão de matrículas nas universidades não representava nem a democratização, nem a melhoria da qualidade do ensino, mas sim era resultado de medidas improvisadas de expansão do acesso à educação, bem como das pressões naturais nascidas do crescimento constante do ensino médio. Nesse sentido, o sociólogo advertia que “tal desdobramento do milagre brasileiro na esfera educacional, (...) meramente contribuiu para alargar um pouco mais o restrito número de privilegiados que atingem o ápice da pirâmide”. (FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução?. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 38).

No ensino de pós-graduação, a matrícula geral, no início de 1971, também evidencia o privilégio da quantidade, em detrimento da qualidade por parte do regime, orientado-se mais pelas aparências do que realmente preocupado em melhorar a infra-estrutura e a pesquisa, conforme aponta a tabela seguinte:

Tabela 1 – Matrícula geral na pós-graduação no início de 1971

Sobre os dados apresentados tanto da graduação como da pós-graduação, Florestan

Fernandes, às páginas 48 da obra citada conclui:

(...) indicam que o Brasil enfrenta vários problemas graves em relação à organização, expansão e aproveitamento do ensino superior. Em primeiro lugar, estão os problemas especificamente quantitativos. A proporção de pessoas com formação superior, na população escolarizada e no conjunto da população, é quase ínfima. Em segundo lugar, estão os problemas de natureza pedagógica. Em virtude da predominância dos interesses econômicos, sociais e políticos de elites culturais ralas e egoístas, o ensino superior foi praticamente confinado à função de preparar profissionais liberais.

Quanto aos efeitos da reforma universitária realizada pelo regime em 1968, Florestan Fernandes (1975) argumenta que se manteve o caráter elitista, conservador e a valorização da quantidade em detrimento da qualidade no ensino superior, colocando-se apenas como um instrumento de controle e neutralização política das tensões internas à universidade, ao invés de atender realmente aos anseios sociais de mudança educacional. Além das observações do sociólogo, vale ressaltar que essa reforma não se alicerçou na realidade brasileira, mas sim nos modelos norte-americanos e, com isso, entre 1969 e 1974, ficava ainda mais evidente que as mudanças promovidas facilitaram a expansão do ensino superior privado, bem como promoveram uma redução dos recursos financeiros e do investimento em infra-estrutura no ensino público. Sem contar o mau aproveitamento dos recursos humanos e as alterações administrativas que comprometeram ainda mais a qualidade do ensino nas universidades públicas.

2. O movimento estudantil contido

Após o AI-5 e o Decreto-Lei 477, os estudantes não tinham mais espaço para atuar através do movimento estudantil. No total, 506 jovens foram atingidos pelo 477, sendo 55 somente na gestão do ministro da Educação Jarbas Passarinho. Os estudantes, por ingenuidade, até tentaram se organizar para derrubar o decreto. Entretanto, não obtiveram sucesso, porque denunciar cassações naquela época acabava implicando em novas cassações. Assim, a única forma que encontraram de se opor à medida foi organizar manifestações de solidariedade aos cassados em algumas escolas. Também houve algumas tentativas de revogar o Decreto no Congresso Nacional:

Em 1970, o deputado Oscar Pedroso Horta, líder do MDB na Câmara, apresentou projeto pedindo a sua revogação, por considerá-lo “uma aberração jurídica inaceitável e cerceadora do tipo de vivência que deve caracterizar a formação do universitário”. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e arquivado. Posteriormente, a mesma iniciativa foi tentada pelo Deputado Marcos Freire, que igualmente não obteve sucesso. (CAVALARI, op. cit., p. 141)

Com a manutenção do 477, intensificaram-se as perseguições, prisões, invasões de escolas, fechamentos de entidades estudantis, evidenciando, portanto, que, a partir de 1969, militar na oposição significava assumir um risco muito maior de, a qualquer momento, ser preso, sofrer tortura ou até mesmo ser assassinado. Este último, inclusive, foi o destino de muitos daqueles que atuavam no movimento estudantil, nesse período. Nessa época, as normas de segurança tinham que ser absolutamente rígidas. Em qualquer reunião dos estudantes tinha um litro de álcool no banheiro e um responsável para botar fogo em todas as anotações, caso a polícia chegasse de repente.

Com a impossibilidade de participar do movimento estudantil – que se encontrava contido pelas forças do regime – muitos estudantes que já estavam integrados em organizações de esquerda buscavam um espaço de atuação em outros movimentos, como o operário e o camponês ou, em última instância, aderiam à luta armada.

A UNE ainda procurou resistir, de forma absolutamente precária, a mais dois anos na clandestinidade. Depois de iniciar o ano de 1969 sem presidente, já que toda sua diretoria foi presa durante o Congresso de Ibiúna, a entidade começou a organizar mini congressos regionais, para eleger o colegiado que iria escolher a nova diretoria. Nessa ocasião, três chapas concorreram: a “Unidade e Luta”, de Jean Marc, que era apoiada por Luís Travassos, constituída por seis militantes da Ação Popular e quatro do PCB e defendia as manifestações de rua; a “Nova UNE”, de José Dirceu, que era uma frente formada por dissidências, apoiada por Vladimir Palmeira, e defendia a luta reivindicatória dentro das universidades; e a “Integração e Luta”, de Marcos Medeiros, que era integrada completamente por militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e, apesar de coincidir com a linha política da primeira chapa, considerava-se menos radical.

No mini congresso realizado em abril de 1969, no Rio de Janeiro, depois de várias impugnações e embates políticos entre as tendências mencionadas, partiu-se para apuração dos votos, cujos resultados foram os seguintes: Jean Marc obteve 378 votos; José Dirceu, 371; Medeiros, 29; e os restantes foram votos em branco do PCB. Foram eleitos também nove vice-presidentes: Honestino Guimarães (presidente da Federação dos Estudantes de Brasília); José Genoíno Neto (presidente do DCE do Ceará); Helenira Rezende (do Centro Acadêmico de Letras da USP); Gildo Macedo Lacerda (presidente do DCE de Minas Gerais); Humberto Câmara (da UEE de Pernambuco); Ronaldo Rocha (do Rio de Janeiro); e José Carlos da Matta Machado (de Minas Gerais).

A atuação da nova diretoria tinha que ser extremamente cautelosa, já que era duramente perseguida pelos órgãos de repressão. Nesse sentido, seus membros eram obrigados a viver na clandestinidade, usando nomes falsos e reunindo-se sigilosamente em “aparelhos”. Sem contar que a maioria tinha prisão decretada e, portanto, para driblar a

repressão, tinham que atuar fora dos seus Estados de origem, pois, assim que suas presenças eram detectadas, recomeçavam as perseguições. Cavalari comenta o cotidiano dessa diretoria, nesse momento em que a repressão alcançava seus níveis mais alarmantes:

O simples fato de ir a uma faculdade exigia todo um esquema preventivo, constituindo-se numa verdadeira operação de segurança. Eram comuns, na época, as aparições inesperadas da diretoria da UNE em determinadas escolas, ou a participação da diretoria em determinados eventos, sem a identificação do diretor e da entidade representada. (CAVALARI, 1987, op. cit., p. 147)

Com essa atitude, os líderes da UNE acreditavam estar mostrando ao regime que, apesar da repressão, o movimento estudantil e a entidade continuavam existindo e lutando. No entanto, era perceptível que nada disso contribuía para a organização dos estudantes. Inclusive, o próprio destino desta diretoria evidencia que a situação do Brasil, nesse período, não permitia nenhuma forma de atuação por parte dos universitários:

(...) Jean Marc: preso em Ibiúna, conseguiu evitar o recambiamento para o Rio, onde já havia sido condenado a dois anos de prisão, declarando-se membro da delegação do Paraná; na viagem a Curitiba, aproveitou-se de um cochilo dos agentes para fugir do ônibus que transportava os detidos paranaenses, mas foi novamente apanhado, já eleito presidente, em setembro de 1969, e mantido preso até ser banido do país, em janeiro de 1971, em troca da libertação do embaixador suíço. Seu substituto, o 1º vice-presidente Honestino, presidente interino efetivado num mini-congresso ocorrido em setembro de 1971, condenado a 25 anos pela participação nas lutas estudantis de 1968 e ameaçado de morte pelos serviços de segurança militar desde 1971, foi preso no Rio, em outubro de 1973, e visto pela última vez na Oban (...), em abril de 1974. Genoíno e Helenira se entregaram, de corpo e alma, à experiência guerrilheira do Araguaia, onde ele foi preso e ela, morta em combate. Gildo e José Carlos, presos na Bahia em 1973, teriam sido mortos “em tiroteio”, segundo a repressão. Humberto é um dos 144 desaparecidos da relação do Comitê Brasileiro pela Anistia; e Ronaldo foi preso no Rio, em 1972, e cumpriu pena. (POERNER, Artur José. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4ª ed. São Paulo, Centro de Memória da Juventude, 1995, pp. 300 e 301)

Em 1971, a UNE já não tinha mais como exercer o seu papel de liderança no movimento estudantil, não só pela continuidade das divergências políticas internas que não conseguiu solucionar, mas também pelas condições impostas pela repressão, que afastava os seus dirigentes das entidades estudantis de base e obrigava as lideranças a viverem na clandestinidade. Enfim, a UNE e o movimento estudantil estavam silenciados pelas inúmeras medidas arbitrárias do regime.

Nesse mesmo ano, houve uma tentativa de minimizar os efeitos do Decreto 477. Ao perceber que seria impossível conseguir a sua revogação, o deputado J. G. de Araújo Jorge elaborou um projeto que autorizava os punidos a pleitearem uma revisão ou ins-

O silenciamento do movimento estudantil brasileiro

tauração regular de processo, além de, em alguns casos, prever a liberação do pedido de indulto presidencial. Novamente, foi uma iniciativa frustrada, já que o projeto foi rejeitado tanto pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara quanto pela Comissão de Educação e Cultura.

Como se pode perceber, não havia nenhum espaço para atuação do movimento estudantil nessa época, embora os estudantes ainda tenham tentado, equivocadamente, resistir, realizando algumas manifestações isoladas e esparsas, como na ocasião da visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, em 1969; no segundo aniversário da morte de Edson Luís, em 1970; nas denúncias de prisões feitas por diretórios e centros acadêmicos do Rio e de São Paulo, em 1972; nos protestos pela morte do estudante de geologia da USP, Alexandre Vannucchi Leme, em 1973, entre outros. O resultado dessa resistência era demasiadamente oneroso para o movimento, já que resultava em novas prisões, espancamentos, punições etc. Daí muitos terem optado pelo ingresso na luta armada junto às organizações de esquerda.

*Jornalista pela Unesp e mestre em história social pela USP. E-mail: katiafas@hotmail.com